

Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2024

Nota técnica 01/2026

Controle estatístico de confidencialidade para ampliar a segurança da privacidade do informante no arquivo de microdados da PeNSE 2024

Esta Nota técnica tem por objetivo fornecer aos usuários em geral da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2024 informações sobre o tratamento de confidencialidade a que foram submetidos os microdados, que estão disponibilizados no portal do IBGE, estruturando-se em três eixos: (1) motivações para o tratamento de confidencialidade aplicado aos microdados; (2) procedimentos adotados; (3) implicações do tratamento para os resultados.

As políticas de ampliação da segurança da confidencialidade do informante adotadas pelo IBGE têm seguido forte tendência internacional na produção de estatísticas oficiais. No Brasil, com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais¹ (LGPD), em setembro de 2020, o IBGE vem gradualmente revendo e modernizando os processos referentes à garantia da confidencialidade dos informantes das pesquisas e demais operações estatísticas, o que reforça o seu compromisso com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais² e o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE³.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE conta, desde a edição anterior, com um plano amostral desenhado para atender à demanda referente ao aumento da precisão das estimativas para escolas privadas fora dos municípios das Capitais, o que exige maior cobertura dessas subpopulações.

É inerente ao processo de seleção amostral algum nível de proteção, uma vez que a investigação de apenas parte da população produz um conjunto de dados com quantidade de informação reduzida em relação ao cadastro de toda a população, permitindo, contudo, produzir estimativas suficientemente precisas para registrar o fenômeno de interesse. Ainda que a

1 BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: mar. 2026.

2 UNITED NATIONS. Statistical Commission. Report on the special session (11-15 April 1994). New York, 1994. 34 p. (E/1994/29 and E/CN.3/1994/18). Economic and Social Council, official records, 1994, suppl. n. 9. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/statcom/94report.pdf>. Acesso em: mar. 2026.

3 IBGE. Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101744.pdf>. Acesso em: mar. 2026

essência do Controle Estatístico de Confidencialidade (CEC – Statistical Disclosure Control) seja a redução da quantidade de informações disponíveis com a preservação da utilidade do conjunto de dados resultante, o plano amostral da pesquisa não é desenhado com esse objetivo. Com efeito, para algumas subpopulações específicas, a confidencialidade pode ser comprometida em favor de atingir a precisão desejada das estimativas.

Além dos aspectos de confidencialidade e precisão das estimativas, vale ressaltar que a PeNSE investiga alguns quesitos sensíveis em uma população de indivíduos menores de idade, o que motivou a realização de um estudo com o objetivo de identificar riscos graves à confidencialidade e buscar o nível de proteção adequado para o conjunto de microdados resultante. Mais especificamente, o conjunto de microdados da PeNSE 2024 foi submetido ao processo do CEC proposto por Hundepool et al. (2012)⁴. A metodologia adotada buscou mitigar os riscos mais severos à confidencialidade, sem comprometer, no entanto, a utilidade dos microdados e consequentemente produzir menor impacto possível aos usuários.

Como resultado desse processo, no conjunto de microdados disponível ao público foram adotados os seguintes procedimentos:

- 656 registros com supressão do valor na variável cor ou raça (B01002)
- 118 registros com supressão do valor na variável de idade (B01003)
- Exclusão do banco de dados de uso público de sete variáveis do questionário da escola, cujas características são facilmente identificadas: E01P15b, E01P16b, E01P17b, E01P18a, E01P20, E01P49 e E01P49a1.

Espera-se que os resultados encontrados a partir dos microdados modificados não apresentem diferenças em comparação com os microdados originais, com exceção dos resultados da pesquisa para as variáveis B01002 (Cor ou raça) e B01003 (idade), impactadas pelo tratamento de supressão previamente mencionado. Dessa forma, é esperado que, na ampla maioria dos casos, a expansão dos microdados públicos produza estimativas iguais ou muito próximas dos valores divulgados na publicação e tabelas de resultados disponibilizados no portal do IBGE. Entretanto, cruzamentos ou recortes mais restritos, que envolvam as variáveis B01002 ou B01003, podem implicar discrepâncias de magnitude desconhecida. O usuário que, em razão de necessidades específicas, não puder prescindir do uso do conjunto de microdados completo, deverá fazê-lo através da Sala de Acesso a Dados Restritos⁵ do IBGE.

30 de abril de 2026

Diretoria de Pesquisas

4 HUNDEPOOL, A. et al. Statistical Disclosure Control. Wiley, 2012. DOI 10.1002/9781118348239.

5 IBGE. Guia do Usuário da Sala de Acesso a Dados Restritos. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/sala-de-acesso-a-dados-restritos.html>. Acesso em: mar. 2026.